

**Entrevista.** Ao CONSTRUIR, Mineiro Aires lamenta que haja pouca margem para a recuperação mais resiliente do que ficou afectado pelas tempestades das últimas semanas. O administrador executivo da Fundação da Construção reconhece que o LNEC, chamado a avaliar as infraestruturas críticas, tem sido pouco valorizado ao longo dos anos e defende alterações profundas na forma como se encaram os grandes planos de investimento público

## “Sejamos claros: se houver um evento igual, os efeitos serão os mesmos”

Ricardo Batista

Fotos: Frame It

**N**a ressaca de um conjunto inusitado de fenómenos climáticos, parte do País faz ainda contas aos estragos e procura respostas para o que reiteradamente não corre bem. Em entrevista ao CONSTRUIR, o administrador executivo da Fundação da Construção, Carlos Mineiro Aires, fala da importância do LNEC na definição das prioridades, do desaproveitamento de uma capacidade técnica ímpar, dos custos da indefinição em decisões como a do Novo Aeroporto, assim como do papel da Fundação na definição de planos práticos de acção.

**O engenheiro recebe o CONSTRUIR numa altura em que há milhares de casas ainda debaixo de água, estragos longe de estar totalmente contabilizados em indústrias, agricultura, em que há ainda largos milhares de pessoas sem luz eléctrica há mais de duas semanas, em que se anseia pelo dia em que Sado, Mondego voltem aos seus leitos. Independentemente da conjugação de ocorrências climáticas fora do comum, o que é que estas últimas semanas nos dizem sobre o estado da arte do património construído, planeado, mantido?**

Vamos dividir as coisas em dois ou três outros aspectos. De acordo com os registos, e eu tenho participado em várias conversas com outros especialistas, parece que já houve pior, quer em termos de



• Carlos Mineiro Aires, administrador executivo da Fundação da Construção

vento quer de precipitação. O problema é que falamos da década de 40, já lá vão 80 anos. Há 80 anos, a ocupação do território não era a que é hoje. O parque habitacional em Portugal é, como todos temos noção, uma desgraça. Falamos de um País que está em terceiro lugar no índice de pobreza energética, o que significa que as casas não têm grandes condições de habitabilidade, no Inverno pelo frio e no Verão pelo calor: O que aconteceu agora, nomeadamente na zona de Leiria e arredores, onde os telhados voraram das casas, o que se está a reconstruir é exactamente nas condições em que estava. Não tenhamos ilusões: não vai haver tempo para agora refazer, salvo aquelas

situações em que houve danos que nem permitem a reconstrução rápida. Aí, se os proprietários tiverem condições financeiras para reconstruir as casas, devem com certeza pensar duas vezes e fazer melhor. Eu receio é que as pessoas que foram afectadas, efectivamente, são pessoas com condições económicas deficientes e os apoios também não vão ser por aí além. A reconstrução, afinal, vai resumir-se a reconstituir telhados e a pôr telhas novas. Vai ficar tudo como estava e sejamos claros: se houver um evento igual, os efeitos serão os mesmos.

**Há também uma forte afectação do tecido empresaria...**

Aí estamos a falar de um valor incalculável. Aquela zona, como todos sabemos, é uma zona com indústrias muito importantes, com tecnologias muito importantes nomeadamente na área dos moldes e afins e que produz muita riqueza. Portugal, felizmente, é um exportador de ponta para grandes indústrias europeias de referência. E o que aconteceu é terrível. É terrível porque tem duas implicações. A primeira é que todas aquelas indústrias baseiam-se em soluções informatizadas, electrónicas e todos nós sabemos que a mistura de água com electrónica é explosiva. Seja por via da reparação ou da substituição, haverá um hiato grande até as coisas estarem resol-

vidas, isto no que toca aos equipamentos e a toda a computadorização que está associada. Depois, há a questão das próprias instalações. Eu fiquei surpreendido com os danos nas fábricas. Aqueles painéis de chapa voaram, e as próprias estruturas sofreram danos irreparáveis. Os empresários, como são pessoas avisadas e são pessoas que têm alguma cultura empresarial, obviamente vão estar interessados em criar resiliência naquelas instalações.

## E no que respeita às infraestruturas públicas?

Há lições a tirar sobre as infraestruturas públicas, as obras públicas, a mais visível das quais um bocado mais abaixo, afecta ao Mondego. Há uns anos foi elaborado um plano de regularização do Mondego, considerando que era um rio indomável, um rio que ninguém conseguia controlar e o plano tinha dois ou três objectivos. Um deles era, efectivamente, o controlo das cheias e aí entraram duas barragens, a barragem

de Fronhas e a da Aguieira, esta com um peso mais significativo. Depois, a jusante da Aguieira, houve uma série de intervenções, a começar logo com o Espelho de Água em Coimbra, que tem lá o açude ponte, que é uma obra que serve meramente para fins cénicos e que provoca grandes assoreamentos. Toda aquela zona obriga a alguma manutenção. Há uns anos fez-se uma dragagem porque se atravessava o canal de uma ponta à outra. Portanto, não é preciso ter grandes estudos ou perceber muito de hidráulica para perceber que no leito de um rio que tem meio metro de altura disponível, facilmente as margens são galgáveis e isso vai entroncar com a localização de todos aqueles restaurantes e outras instalações que foram colocadas em leito de cheia, no pressuposto de que a água não iria lá chegar. Quando a água vai é o 'ai Jesus que lá vem outra vez as cheias e não se consegue eliminar as cheias'. Eu não sou contra a instalação dessas infraestruturas lúdicas ali, mas se

aquilo fosse elevado, sob pilares ou de qualquer outra forma que evitasse que a água, cada vez que sobe, alagasse os espaços, teria sido mais sensato. Ninguém tenha ilusões: vai voltar a acontecer e era bom que nós voltássemos a olhar para os erros que temos cometido e que insistimos em cometer. Há um caso que, para mim, é paradigmático, e que é aquele hotel que está em Alcácer do Sal, junto à Ponte Velha. O hotel ainda nem sequer foi inaugurado e já ficou 'de molho' até ao primeiro andar. Eu não percebo como é que se pode autorizar uma instalação daquele género naquela zona. Toda a gente sabe o que vai acontecer. Cheias em Alcácer eram recorrentes. Eu assisti a muitas, conheço bem o que ali está. Com maior ou menor dimensão, acontecia. Voltando a Coimbra. A seguir ao açude-ponte, o rio foi completamente artificializado, passando a existir um leito novo e um leito abandonado, onde há agora uma pista de canoagem. Para se perceber, o Rio Foja chega meia dúzia de metros abaixo do

novo leito e, por isso, tem de ser bombado. Foi prevista uma estação elevatória para bombear a água do afluente para o seu destino. Esta estação foi projectada para ter seis bombas. Das seis foram instaladas duas e uma está avariada há muitos anos. Nas últimas grandes cheias que ali houve, em 2001, eu era presidente do Instituto da Água e sei o que passei naquela altura. O projecto é da autoria de um notável engenheiro português, o professor Armando Lencastre, que concebeu a obra de acordo com o que era moda na altura na Europa no que respeita a grandes obras hidráulicas, algumas notáveis em que há rios que se cruzam, uns por baixo, outros por cima. Ele teve bastante atenção e cuidado em relação a isso. Naquele curso principal, ele previu diques fusíveis, zonas em que o dique está feito para que, se o caudal for excedido, ele romper para o lado dos campos agrícolas. O problema é quando há casas em jogo. Há aldeias históricas que estão nessas zonas. A Ereira é um exemplo dis-



## Schlüter®-BEKOTEC-PS

Com BEKOTEC-EN-F-PS e BEKOTEC-EN-FK-PS, Schlüter-Systems eleva-se a um novo nível de facilidade de instalação do inovador Pavimento Cerâmico Climatizado BEKOTEC-THERM. As placas de nódulos autoadesivas, compostas em 70% de materiais reciclados, permitem uma instalação rápida, simples e extremamente limpa. Os dois sistemas autoadesivos, além de permitirem uma baixa altura de instalação, também se podem utilizar sobre uma ampla variedade de suportes. Além da poupança de material e de peso, a rápida instalação, permite realizar projectos de construção em pouco tempo e diminuindo os custos.



[schluter.pt](http://schluter.pt)



so, como é também o Reguengo do Alviela, esta em relação ao Tejo. Aquela gente convive com aquilo com alguma naturalidade. Ora, 25 anos depois das cheias de 2001, as coisas estão praticamente na mesma ou piores ainda. Nessa altura, o Instituto de Água até tinha um corpo técnico que, mal ou bem, mesmo sem meios financeiros, tinha engenheiros, tinha técnicos, tinha viaturas. Na altura, chegámos a externalizar a limpeza e a manutenção dos taludes, algumas intervenções e hoje...Eu não quero arriscar, mas olho para aquilo...! Elogio sinceramente o papel do presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) nos últimos dias e a maneira como ele conduziu os assuntos, mas é evidente que uma obra com aquele linear de extensão não pode estar abandonada. Há muitas áreas a ser alimentadas, seja para fins lúdicos, um canal até à Figueira da Foz para abastecimento público, aquaculturas, indústria papelreira... Foram feitos estudos, gastou-se muito, muito dinheiro, para estabelecer uma estrutura de gestão e alguém tem que agarrar naquilo e dizer “se há quem usufrui disto, tem que pagar alguma coisa por isso”.

### **O que pode ser feito no seu entender?**

Tem de haver uma estrutura que cuide da manutenção. Sempre que ocorrem estas coisas, não podemos continuar a lamentar o estado de abandono dos diques, a falta de vigilância, a falta de informação. A pior coisa que pode haver nestas coisas é não haver informação.

Mas já na altura, quando ia para o terreno, não era pouco habitual tentar chegar aos centros de Protecção Civil ou a quartéis dos bombeiros e não ter acesso porque estavam inundados. Como é possível construir um quartel de bombeiros ou um serviço de protecção civil numa zona inundável? Há uns anos, no Alentejo, houve umas cheias que arrasaram um Posto da GNR. Onde é que foram instalar o novo? Exactamente no mesmo sítio onde estava o antigo. Estas questões não podem ser geridas assim. Mesmo que os beneficiários não paguem o suficiente e o Estado tenha de assumir que tem ali perdas, é preferível que paguem algo que não pagarem nada.

### **O que aconteceu junto ao pilar da A1, era previsível? Era evitável?**

Jogar no Totobola à segunda-feira é sempre muito mais fácil. Vistas as coisas assim, e se alguém tivesse pensado que era possível, num sítio perfeitamente banal onde está um dique que é resistente, ele rebentar, poderia ter sido feita uma protecção adicional, mas não me parece um erro grave de engenharia. O ministro das infraestruturas, e bem, ordenou uma vistoria às infraestruturas, tal e qual como aconteceu depois da queda da ponte de Entre-os-Rios ou do acidente do elevador da Glória e mostra o reconhecimento público de que não se sabe em rigor o estado em que estão as coisas.

### **O que é que estas tempestades**

### **e a necessidade de recuperação de uma parte considerável do País, podem representar para a forma como se projecta? É expectável que alguma coisa mude agora que vamos ter de recuperar o que se perdeu ou a prioridade é simplesmente repor o destruído?**

Eu sou daquelas pessoas que acha que a pior coisa que há é reagir a quente. Eu próprio, que sou um pouco impetuoso, aprendi com a idade a respirar fundo, deixar passar uns minutos e depois dar uma resposta. Nestas coisas, é evidente que já começou o jogo político, o jogo do empurra onde o que importa é arranjar um culpado. Há que entender que tivemos um evento anormal, como foi a tempestade e, depois, tivemos a seguir uma sequência de chuvas fortes, estas já não tão anormais. E note: não nos podemos desligar de mais dois fenómenos, nomeadamente os incêndios e o sismo. Não estejamos com ideias de que vamos ser protegidos por um milagre de Fátima. Mais cedo ou mais tarde, vai acontecer e seria bom que houvesse a tranquilidade para, a um nível macro, se pensar o que é que efectivamente se pode fazer para aumentar a resiliência de diversos aspectos e para minimizar estas questões. Repare que sempre que acontece algo deste género, ficamos sem comunicações e sem energia. Em Leiria, há pessoas em casa há três semanas às escuras, ao frio, sem poder cozinhar, sem poder aquecer a água, sem poder não sei o quê. Isto é muito grave e é inadmissível que dependamos de

uma alternativa como o Starlink e que essa alternativa esteja nas mãos de alguém como Elon Musk. A Europa tem de aprender a dar resposta a estes fenómenos.

### **Por onde passa o caminho?**

Não somos um país rico, daí ser fundamental haver planeamento. O planeamento é a melhor maneira de alocar meios a prioridades. Tudo está assente no que é de base, que é o conhecimento e a informação e felizmente temos competências. Não tenhamos dúvidas nenhuma de que Portugal está bem dotado de conhecimento científico, de investigação, de engenharia. Temos é de começar a olhar para nós próprios de outra forma. Não podemos estar sujeitos ao acaso, ao destino e pensar que as coisas nunca nos batem à porta, porque batem. Já bateram tantas vezes e mais umas hão-de voltar a acontecer.

### **A questão sísmica é particularmente delicada atendendo a que há, entre a comunidade técnica, a certeza de que é quase uma inevitabilidade haver um nosso sismo...**

Ao contrário do que às vezes se quer fazer crer, não há nenhum País preparado para resistir e para dar resposta a um sismo. Quando se diz que Lisboa está preparada, não está. Porque os prédios vão cair para as ruas, as ruas vão ficar atoladas de escombros, as ambulâncias não vão conseguir transitar, as comunicações sabe Deus... O Hospital de São José vai ser o primeiro a cair, o de Santa Maria também vai a seguir. Nós temos de perceber em que situação estamos e temos de perceber quais são os planos existentes e como podemos fazer frente a estas incidências. Porque se os outros países, muito mais avançados e mais ricos, não são capazes de ter uma resposta para isto, connosco também vai correr mal com certeza e depois lá vamos nós voltar ao mesmo, a procurar culpados, a apontar quem fez o quê, quem não fez... A construção, sobretudo a nova, tem vindo a melhorar significativamente no que toca a resistência aos sismos, mas também é preciso que haja a noção pública de que em engenharia não há um limite inultrapassável. Veja-se o caso das cheias. Normalmente, as cheias são calculadas para um período de retorno de 100 anos. Ali no Mondego estamos a ver que acontece com uma frequência de 20 em 20 e está a vista o que é que

provoca, embora aí haja a questão da manutenção, da desatenção, etc. Mas, como dizia, temos efectivamente bons projectistas, bons engenheiros, boa engenharia, mas o produto desse trabalho e desse conhecimento tem uma resistência ilimitada. Há sismos que têm uma certa intensidade, não causam danos nenhuns, e a mesma intensidade pode causar muitos, muitos danos. Torna-se evidente que temos de olhar com atenção para a ocupação dos solos, o que não devemos ocupar; olharmos bem para o que estamos a fazer, onde é que estamos a licenciar e a permitir construção nova, e temos também que olhar para o que é público e o que é prioritário. Há hoje, inclusivamente, uma discussão à escala europeia, até mesmo por causa da directiva comunitária, sobre infraestruturas críticas. A auto-estrada A1 é uma infra-estrutura crítica, como um hospital é uma infra-estrutura crítica ou o abastecimento de água. Repare, se um problema destes afectar, por exemplo, a conduta que vem de Castelo de Bode para Lisboa,

temos 5 milhões de pessoas sem água. Como é que resolvemos um problema desses? Estas questões requerem, certamente, que haja um gabinete, uma estrutura, qualquer coisa, na dependência do Governo que reúna especialistas e quem saiba pensar, para que haja soluções. A noção que eu tenho é que há planos para tudo e para nada. Cada um tem o seu próprio plano. Agora, o macroplano, esse, tem de ser repensado.

**Sem entrarmos, obviamente, aqui num cenário catastrófico, mas constatando as reacções como as que houve no Elevador da Glória, em que tudo parou com o propósito de se investigar a fundo, mas fica a sensação de que andamos, com alguma regularidade, atrás do prejuízo. O Governo anunciou agora que o LNEC está mandatado para uma avaliação urgente às infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, estimando-se que no prazo de um ano possa haver um relatório sobre estas ava-**

**liações. Sabendo-se o historial de desinvestimento naquela instituição nos últimos anos e as implicações na massa crítica e capacidade que se foi perdendo, esta meta é exequível?**

É uma pergunta mais do que óbvia e legítima. A determinada altura, com um determinado primeiro-ministro, numa determinada circunstância, houve nitidamente intenção de cortar gorduras no Estado, com o que eu concordo absolutamente. No entanto, uma coisa é cortar gorduras e outra é, além das gorduras, cortar os tendões e partir os ossos. É preciso ter cuidado com isso. Recomenda o bom senso que, como se fazia antigamente, na cultura das estruturas públicas ou das instituições públicas, os quadros técnicos e o corpo técnico devam ser fixos e não descartáveis. A passagem do conhecimento é essencial em qualquer organização e, com isso, a preservação do conhecimento acumulado. Isso hoje simplesmente não acontece. Não há uma transmissão de conhecimento dos mais velhos e mais experien-

tes para os mais novos. Aliás, os mais novos só entram quando a coisa está mesmo má e já não está lá ninguém. E isso não conduz a nada. Não há Estados fortes com administrações fracas. Isso é impossível. Se olharmos para as instituições, o que se está a passar é exactamente isso e o LNEC é disso um bom exemplo. Quando estive no Conselho Superior das Obras Públicas, tive a felicidade de lá ter passado e de ter sido muito bem acolhido até me demitir. E na altura, eu apercebi-me de que o LNEC está nitidamente num estado de desarticulação. Num determinado período, no mandato inteiro, o então presidente do Laboratório nunca foi recebido pelo Governo e isso diz tudo. Um desinteresse total e absoluto em relação ao que representa o mais importante laboratório do Estado e que vai muito além da Engenharia Civil. Esse alheamento é terrível. Com isso, a pouco e pouco foram saindo inúmeros técnicos, e os que vão entrando não têm nada a ver com os que saíram. Importa, também, ressaltar que na altura



## Nova gama Hidrónica Systemair

A Systemair apresenta uma gama totalmente renovada de chillers e bombas de calor POLARIX, e de ventiloconvectores SERENA.

Os nossos chillers e bombas de calor, na sua gama de 20 a 650kW, incluem unidades 100% inverter, unidades com free-cooling e unidades polivalentes a 4 tubos, com a capacidade de produzirem água fria e quente em simultâneo ao longo de todo o ano.

A vasta gama de acessórios e as suas elevadas performances a cargas parciais, tornam a POLARIX a unidade ideal para o seu edifício.

A gama de ventiloconvectores SERENA é completa com todo o tipo de unidades terminais, com motor AC e EC, baixo nível de ruído, 2 e 4 tubos, e possibilidade de incorporação de resistência elétrica, tornando-se uma opção versátil e de alta eficiência para a sua instalação a água.

Complementado com as nossas unidades de tratamento de ar GENIOX, a Systemair apresenta uma gama completa de produtos para o seu sistema Hidrónico, com elevada eficiência, versatilidade e com todas as certificações exigidas a uma garantia de performance.



It's all you need!

havia muita mão de obra que era utilizada em modelos físicos e hoje assenta em modelos matemáticos e impressões 3D e etc. Portanto, os conceitos também mudam. De qualquer forma, o LNEC devia ser acarinhado de outra forma, devia ser mais apoiado. Aqui chegados, parece evidente que o LNEC não tem meios suficientes para fazer este trabalho no prazo de um ano, ainda que o despacho abra a porta a que o Laboratório recorra a contratação externa. Aliás, o despacho diz outra coisa que me custa ainda mais ouvir que é a possibilidade de essa contratação externa ser feita no estrangeiro. Mas porquê empresas estrangeiras? Porque é que não contratam internamente e que sejam os contratados a decidir se precisam de ajuda externa ou não? Os estrangeiros trazem algum valor acrescentado para estes casos? Não. Não temos nada a aprender com eles. Se efectivamente faltam equipas, as empresas portuguesas que procurem esses serviços quando forem contratadas para isso. Nessa altura, eu espero que elaborem cadernos de encargos que permitam que as empresas nacionais sejam livres de contratar os estrangeiros que entenderem, mas nunca impondo. Às vezes há assim a fantasia de que lá fora é que se resolve. Não. Se falta, as empresas portuguesas que tratem de ir buscar onde estão os melhores, seja aqui ao lado ou ao Centro da Europa. Onde for melhor. O LNEC vai ter de dizer exactamente o que é que vai fazer, qual é o âmbito do trabalho e, depois, tem de planear e fazer uma calendarização dessas intervenções.

**Se o sector já estava, de algum modo, pressionado à conta dos prazos do PRR, da habitação ou dos próximos quadros comunitários de financiamento, que resposta é que pode dar ainda mais a esta nova realidade do pós-tempestades?**

Tivemos recentemente uma reunião aqui na Fundação e esse foi um dos assuntos abordados. Aliás, o ministro da tutela chamou a AICCOPN e chamou uma série de empresas, nomeadamente as que estão envolvidas no primeiro lote da alta velocidade, e uma das questões que foi colocada a todos foi se havia mão de obra para isto. A resposta foi sim, que há mão-de-obra, isto é, essa questão não é propriamente inultrapassável. Por exemplo, para acudir a estas urgências, as empresas alocaram centenas de homens para reparar

telhados nas zonas mais críticas. Havendo coordenação local, a coisa resolve-se. As mais morosas vão demorar mais tempo, obviamente, mas também haverá resposta para elas. E porquê? As empresas estão perfeitamente cientes de uma questão que não conseguimos ultrapassar em Portugal. Nós não vivemos sem imigração. Em actividade nenhuma. Se não fossem os imigrantes, este País não sobrevivia. Ponto final. Até porque os portugueses hoje, em grande parte, já não querem fazer o que faziam antes. O mesmo fenómeno que se passou em França e na Alemanha há muitos anos, em que os portugueses iam para lá fazer o que os naturais já não queriam fazer. Para citar os melhores casos, há que reconhecer que há empresas que estão a recrutar lusófonos, hispânicos, os que lhes são mais próximos e a quem estão a dar formação. Quanto ao resto, é uma questão de planeamento. Repare: o Governo anunciou que nos próximos 10 anos serão investidos 60 mil milhões de euros em infraestruturas de transportes nos próximos dez anos, o que vai representar uma concentração brutal de obras. As empresas têm de se dimensionar para este cenário e, de uma vez por todas, não estarem a viver permanentemente sem saber quando vai acontecer o quê. É fundamental que haja planeamento e que as empresas saibam, com tempo, o que é que vai acontecer e quando. Tem de haver informação fidedigna, informação segura e um planeamento que seja cumprido.

**Na história moderna quantas vezes esse planeamento foi cumprido? Recordar, por exemplo, o processo de escolha da localização do novo aeroporto...**

Essa é uma das questões sobre as quais as empresas empresariais, as associações e a própria Fundação tem lutado. A Fundação não é uma associação de empresas, tem o desígnio de defender os interesses da Engenharia nacional, da economia. Temos de mudar mentalidades. Os grandes donos de obra não podem viver também dessa opacidade e esperar que subitamente as coisas apareçam feitas. O Aeroporto é um bom exemplo. Ninguém sabe o que vai acontecer e quando é que vai acontecer. Apenas se sabe que há esse propósito. Mas não podia acontecer mais cedo? Não se sabe. Era bom que a própria concessionária ti-



vesse uma política de transparência perante os portugueses e que desse a conhecer quais são as suas intenções, quais são os seus reais prazos, como é que as coisas estão, etc. Há dias, numa entrevista ao Diário Económico, um responsável internacional da Vinci assegurava que as empresas portuguesas podiam estar tranquilas porque iam intervir nesta obra. Sabendo-se o que sabemos, é uma garantia que serve de pouco. Há ali muito investimento, não apenas afecto ao aeroporto mas também com implicações numa nova travessia, em acessibilidades, estudos de impacto ambiental. Portugal não sobrevive sem o novo aeroporto e continuo a dizer que 13 anos é muito tempo para fazer uma obra destas. Ainda há dias ouvi, no Congresso do Turismo, alguém intervir de uma forma muito lúcida assegurando que a quantidade de hotéis que estão a ser construídos e projectados não é compatível com a capacidade aeroportuária que Portugal actualmente tem. Vai correr mal. Portugal está a perder competitividade com esta indefinição e um aeroporto não se constrói de um dia para o outro, mas pode-se construir em menos tempo. Só nos podemos queixar de nós. Isso é que custa. Toda a gente sabia que ia acontecer, mais cedo ou mais tarde. A própria concessionária também perspectivava isto e não acautelou o cumprimento do contrato, que já previa

a construção do novo aeroporto. Não estamos a falar de paliativos ou de mezinhas, estamos a falar da construção de uma nova infraestrutura aeroportuária.

**Temos Ordens de excelência eximia, empresas de excelência, organizações consultivas que são próximas dos centros de decisão, o próprio LNEC e só no final de 2025 é reconhecido, formalmente, um organismo que será responsável pela gestão do Observatório, que se encarregará sobre o que está a acontecer, como é que podia ou devia acontecer. Olhando para exemplos como o desinvestimento crónico em políticas públicas de habitação, a indefinição em torno do novo Aeroporto, podemos dizer que estamos em permanência a responder a critérios políticos mais do que ao formalismo técnico?**

Há diversos Observatórios e há Fundações com informação muito importante e credível. Um desses exemplos é a Fundação Francisco Manuel dos Santos ou mesmo a PORDATA, que têm muita informação. Este desafio que a Fundação da Constituição tem em relação ao Observatório da Construção é o maior que temos em mãos e também o mais difícil de cumprir. Porque pior do que não haver um observatório é ter um observatório com informação que não seja

fididigna. Uma das partes que é fundamental é ter um olhar sobre o que é a Construção em Portugal, de que forma é que se processa, etc. Se nós quisermos ir beber às fontes oficiais, sem dúvida nenhuma seria ao Portal Base mas vemos que as empreitadas de obras públicas e as adjudicações públicas não cumprem, na íntegra, a necessidade de lá colocar a informação. Se for consultar qualquer empreitada, poucas serão as que têm lá informação completa, mesmo as já acabadas. Os preços iniciais, preços finais, derrapagens de prazos, informação que permita fazer o tratamento de dados para se ter um panorama mais exacto, para não falar da informação conexas à Construção. O Observatório não vai arrancar, por isso, com a rapidez que nós estimávamos porque temos de estruturar muito bem a forma como podemos garantir que o que for colocado no observatório é fidedigno, fiável e que é informação certa. Mas a verdade é que falta informação. Infelizmente, quem não a coloca percebe que não é penalizado e devia haver sanções. O Portal Base é o

Portal da Transparência em relação às adjudicações públicas. A Fundação, apesar de ter sido reconhecida só em Outubro, não esteve parada este tempo. Já havia trabalho desde 2024. Reunimos muitas vezes, e iremos continuar a reunir muitas vezes com o ministro Pinto Luz, com quem, aliás, temos tido uma excelente relação e que tem sido uma pessoa com uma abertura e uma compreensão fantásticas em relação a estes assuntos.

### Por onde passam, então, as prioridades da Fundação?

Nessas reuniões, entre outras matérias, colocámos duas questões que nos parecem fundamentais. A primeira tem a ver com a habitação. A Fundação está perfeitamente convencida de que, se não houver intervenção privada para resolver isto, nunca mais se avança neste problema. Apresentámos um modelo concreto ao qual não tenho pejo nenhum em chamar parceria público-privada em que, com as câmaras municipais ou com quem for entendido. Os privados, as empresas, só

querem que se aponte o terreno. Digam onde é e nós tratamos do resto. Não estamos a falar de uma concessão a 25 ou 30 anos. Temos um modelo feito com rendas muito, mas muito longe dos 2.300 euros, rendas perfeitamente acessíveis consoante as tipologias. Desde logo, é um modelo em que as casas não são feitas com luxos, isto é, não é preciso ter armários embutidos. Cada um compra o seu armário e coisas do género, do mesmo modo que é absolutamente admissível que as divisões sejam modeladas. Isto é, a pessoa pode, na área que tem, ir adaptando o espaço ao crescimento que a família tem, ou ao decréscimo e, tão ou mais relevante que tudo isso, é um modelo que inclui a manutenção. Num parque habitacional em que não haja também a conservação integrada na equação, é dizer que passado 15 anos aquilo está degradado. É obrigatório também que esteja incluída a conservação do edificado para que quando for devolvido ao Estado, ou à autarquia, isto é, ao dono público, seja devolvido em condições.

### Em que é que o papel da Fundação pode sair enriquecido por esta combinação entre o tecido empresarial e as próprias ordens?

As três Ordens que estão envolvidas na constituição da Fundação são Ordens que estão directamente ligadas à construção e estão ligadas ao investimento, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros, dos Arquitectos e dos Economistas. E a integração tem sido da maior importância. Por exemplo, a Ordem dos Arquitectos desenvolveu uma proposta para habitação em que eles próprios fazem a revisão do actual RJEU para dizer o que é que é supérfluo, o que é que não é. Nós hoje estamos amarrados a uma série de obrigações da legislação comunitária, nomeadamente questões energéticas. Eu não estou a dizer com isso, que não haja comodidade na habitação, que não haja qualidade, não é isso. Não podemos é cair nos exageros para que fomos levados por muitas questões que se tratam em Bruxelas. **C**



## Nova bomba de calor AquaSnap® 61AQ

Apresentamos a nossa nova bomba de calor com refrigerante R-290 que garante um fornecimento eficiente de água quente de 40 a 560 kW, com produção até 75°C\*.

Projetado com foco na sustentabilidade e fabricado para atingir o desempenho ideal, reduzirá sua pegada de carbono enquanto maximiza seu conforto.

Junte-se a nós para dar um passo firme em direção à descarbonização.

#EmpowerTheFuture

Entre em contato com seu especialista local da Carrier ou visite [www.aquasnap61aq.com](http://www.aquasnap61aq.com)

\*até uma temperatura externa de -7°C

